

INTRODUÇÃO

DOCUMENTO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Uma reflexão sobre o processo
de produção coletiva dos sujeitos

Está me esperando na escola!

Ainda persiste o modo de estudar
O jeito em pensar, eu me lembro bem
Fico querendo conscientizar
O sujeito a falar
Para ser alguém

E o tempo todo
Fico preocupado
Com o currículo
Que a escola tem
E desse jeito
Dá aperto no peito
E aumenta o meu desejo
De modificar

Para educar
Tem que transformar
Um novo jeito de olhar
Consciência crítica
Valorizando o que vai além
O tempo todo
Penso feito louco
Em todo jeito que você tem
Valorizando no fundo do peito
Um bom currículo a se trabalhar

Por isso é fundamental ai, ai
Currículo na educação vai, vai
Vai melhorar a minha escola ai, ai
Não, não vou me acomodar.

(GT Paródia – I Encontro Regional, SEDE, EMEF, 2014 – Ver referência completa ao fim do Documento.)¹

Ao pensarmos na organização de um documento curricular, fizeram-se necessárias algumas indagações sobre a sua importância e as suas implicações nas práticas pedagógicas vivenciadas no cotidiano das escolas. Para refletir sobre a importância deste documento, realizamos várias dinâmicas, dentre as quais a produção da paródia “Está me esperando na escola”, citada anteriormente, a qual evidencia a necessidade de revisão de alguns conceitos e concepções. O desejo de transformação da perspectiva teórica que ainda tem permeado o nosso imaginário, quando ainda percebemos a ideia de que o sujeito camponês precisa aprender a falar e mudar seu *jeito de ser* para ser alguém na sociedade.

Essa crítica explicitada na paródia provocou o debate acerca do currículo enquanto um instrumento mediador de transformação do olhar que se tem sobre os sujeitos camponeses, visando à sua emancipação, pois ao longo da história seus modos de ser e estar no mundo, seu jeito de falar, seus sonhos, seus conhecimentos e suas culturas vêm sendo invisibilizados e desconsiderados.

Conforme destaca Gerke de Jesus (2012 p. 23-24, grifos nossos), ao negar as práticas sociais e culturais camponesas, estamos descontextualizando a educação básica do campo. “Estamos negando a **expressão**

da consciência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo que ao longo da história não foi e ainda não é ouvida. Essa realidade **tem, como algumas consequências, taxas altíssimas de analfabetismo, evasão e atraso escolar**¹. A história do ensino brasileiro nos revela uma produção de sentimentos que desvaloriza o espaço tempo campesino. Essa desvalorização está representada na baixa autoestima, no modo como cada sujeito do campo se vê e se percebe e nas políticas públicas educacionais para o campo.

Apesar de alguns avanços provocados pelas lutas dos movimentos sociais em prol do reconhecimento das práticas sociais e culturais campesinas nas políticas educacionais, que culminaram com as diretrizes educacionais para o campo, ainda observa-se que os programas educacionais destinados às escolas campesinas, como livros didáticos, formação continuada (exemplo PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), ainda desconsideram os saberes e os fazeres do campo. Ainda existe uma negação das práticas sociais e culturais do campo no currículo escolar.

Negar aos sujeitos campesinos uma educação que de fato lhe representa é continuar favorecendo a hegemonia dos saberes e dizeres urbanos e elitistas que vêm perdurando ao longo da nossa história. Nesse contexto de problematização nos indagamos: que educação queremos para o município de Domingos Martins? Dentre as diversas reflexões, retomamos questões discutidas ao longo das últimas décadas nos encontros de estudos.

A educação institucionalizada precisa voltar-se à realidade dos educandos. A adoção de atividades, relacionadas ao dia-a-dia, transformam a atuação em sala de aula e os resultados conquistados por meio da prática educacional. (...) O princípio básico dessa atuação é a promoção de uma educação coerente com a realidade campesina, numa tentativa de dinamização do próprio espaço-tempo em que a instituição escolar está localizada (FREITAS et al, 2012, p.159-160).

“A promoção de uma educação coerente com a realidade campesina” representa as múltiplas vozes que ainda ecoam no cotidiano de cada escola em que atuamos. Vozes que reivindicam a urgência de uma educação que leve em consideração as mudanças que vem ocorrendo no contexto histórico e geográfico da comunidade campesina.

A busca por uma escola voltada para a educação do campo e do camponês é um passo importante para que o cidadão, trabalhador rural, se torne sujeito de seu próprio tempo e dono de sua própria história. Esta instituição [escola], além de um espaço para a promoção de leitura e escrita de palavras, números e demais códigos, deve ser um local para a leitura e escrita do mundo (FREITAS et al, 2012 p. 161).

Pensar um currículo com base na indagação: que educação queremos para o município de Domingos Martins? E ancorados(as) nos estudos realizados, exige refletir sobre o fato de que:

A infância, a adolescência e a juventude do campo se deparam com a falta de condições dignas, necessárias à sobrevivência, facilitando a saída de suas famílias para a cidade à procura de emprego e melhores condições de vida. “Para que ficar na roça se aqui não tem nada?” ou, “Para que estudar se não tem emprego para todo mundo?”, e ainda “Para que estudar se depois tem que ficar na roça mesmo?” são inquietações apresentadas pelos alunos do campo e suas famílias, diante da realidade que os cercam e do futuro que os espera (BESSERT, SCHMIDT e JONAS, 2012, p. 258).

Aprofundando as questões acima destacadas, dialogamos com Schroeder (et al, 2012 p. 274) quando destacam que a cidade não vive sem o campo e o campo não vive sem a cidade. Esse modo de conceber as relações campo\cidade evidencia a importância da interlocução entre as práticas sociais e culturais campesinas com as urbanas, bem como a necessidade de desconstruir as relações de poder que hierarquizam as relações entre campesinos e urbanos.

Essas ideias também permearam as discussões realizadas nos anos de 2014 a 2016, período da produção desse documento, ao evidenciarmos que o município de Domingos Martins é campesino, formado por diferentes regiões com suas singularidades e diversidades sociais, históricas e culturais.

¹ 23% da população com mais de 15 anos na zona rural é analfabeta (IBGE, 2007). A taxa de analfabetismo no campo, segundo IBGE (2007), é três vezes maior que na cidade (7,6%). Na área urbana 50% das crianças que frequentam a escola estão com atraso escolar, na área rural esse contingente é ainda maior, 72% dos alunos (Referenciais para uma política nacional de educação do campo. Brasília, 2004).

Esse movimento **[estudos e produção do documento]** vem reivindicar uma educação onde há uma preocupação com a cultura popular. Onde o sujeito esteja inserido no contexto, onde faça parte da construção social e cultural, garantindo assim uma educação de qualidade, onde nós exercitamos a nossa cidadania. Promovendo uma participação democrática, onde todos tenham voz, onde possamos dialogar e que a nossa voz não seja apenas um grito sozinho, mas sim vozes que almejam mudanças e transformações. A nossa sociedade necessita de humanização, onde os valores voltem e promovam a interculturalidade entre os sujeitos. É isso e muito mais que queremos para a educação do nosso município! (GT Marcha pela Educação – Encontro Regional, 2014, SEDE, grifos nossos – Ver referência completa ao fim do Documento)²

O nosso movimento! A nossa luta, é por uma educação emancipatória, popular, que valorize o sujeito dentro da sua história. Que valoriza o conhecimento de forma ampla e consciente. Que reflete sobre a realidade e encontre respostas para as questões que necessitam de reformulações. O conhecimento deve ser dialógico entre os sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem. Buscamos o respeito à diversidade e inserção dos sujeitos, independente dos aspectos culturais, sociais e étnicos. É importante fazermos a seguinte reflexão: qual educação queremos para o município de Domingos Martins? (GT Marcha pela Educação – Encontro Regional, SEDE, CMEIs, 2014 – Ver referência completa ao fim do Documento)³

A marcha e os dizeres apontam a importância de um documento curricular que instigue o respeito à diversidade e a inserção dos sujeitos camponeses em sua própria comunidade. Sendo assim, como organizar um documento curricular que promova a implementação de um trabalho mais humano? Como organizar um documento curricular que promova a formação de sujeitos com consciência crítica? Como organizar um currículo que reflita a necessidade de transformação social e superação das desigualdades e exclusões?

Com base em tais indagações, percorremos um caminho em que pudéssemos atender as reais necessidades dos sujeitos envolvidos com a educação do município de Domingos Martins. Necessidade de delinear além do conceito de educação do campo, também os relacionados à diversidade, direitos humanos, inclusão e sustentabilidade.

Essa discussão gerou a ideia de uma educação voltada para a formação de sujeitos com consciência crítica em prol de uma cidadania planetária, por entendermos a urgência de inserção das referidas temáticas no cotidiano das práticas pedagógicas. Sendo assim, consideramos importante debater temáticas que envolvem as dimensões étnico-raciais; religiosas; de gênero; de orientação sexual; de inclusão, bem como, as questões socioambientais.

Tais questões nos fez refletir sobre o desafio de garantir os princípios da diversidadeⁱⁱ, sem perder de vista os da igualdadeⁱⁱⁱ, isto é, considerar as dimensões das diferenças, tendo como pressuposto a igualdade de direitos e, portanto a garantia da implementação de uma educação básica de qualidade. Essa é a unidade que almejamos.

Com base na referida proposição, percebemos a necessidade de inserção e interlocução com os(as) demais corresponsáveis pela educação escolar: profissionais que atuam nas escolas na área administrativa (serventes, merendeiras, secretárias(os) escolares, motoristas) Gerências e Coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Esporte (Gerência Administrativa, Transporte e Esporte), Secretarias Municipais afins (Saúde, Assistência Social, Turismo e Cultura, Desenvolvimento Rural, outras.), diversos conselhos (Conselho Municipal de Educação, Conselho Tutelar, Conselho do FUNDEB^{iv}), Igrejas, Associações, bem como outros órgãos que implementam projetos no lócus das escolas.

Sabendo que as parcerias são necessárias para que o sucesso educacional no município de Domingos Martins ocorra, propomos a participação das famílias, das comunidades, das secretarias municipais e estadual, do poder judiciário dentre outros na organização, implementação e avaliação do documento curricular. (III Encontro Regional, Aracê, 2014 – Ver referência completa ao fim do Documento)⁴

As questões destacadas nos dizeres, nos apontam os caminhos que devemos percorrer ao longo da produção, da implementação e avaliação do documento. Caminhos que nos colocam num processo de

ⁱⁱ Princípios discutidos no capítulo V deste documento

ⁱⁱⁱ Princípios discutidos no capítulo V deste documento.

^{iv} Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

interlocução com as nossas reais necessidades, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, por isso outras indagações fazem – se necessárias: Quais caminhos percorreremos para a produção, implementação e avaliação do nosso currículo? Que abordagem teórica subsidiará o nosso documento curricular? Quais questões precisamos considerar na organização do trabalho pedagógico? Qual é a finalidade da educação escolar? O que significa um currículo de qualidade?

As referidas indagações revelam o que queremos dizer, o que desejamos problematizar, o que precisamos refletir, bem como o que considerar nas discussões ao longo da produção, implementação e avaliação do documento curricular.

Questões a serem consideradas no documento curricular

Com base nas indagações anteriormente destacadas, procuramos dialogar sobre qual currículo queremos produzir:

Queremos um currículo que valoriza o campo; considera a interação equipe de trabalho; a interação escola e família; forme sujeitos críticos e humanos e que promova a interação professor estudante. (Debate I Regional, Paraju, 2014)

Já estamos caminhando para essa construção (produção do documento), que [essa produção] seja efetivamente o que estamos discutindo, e, o que desejamos para a educação desse município. (Debate I Regional, Paraju, 2014)

No processo de compreensão e aprofundamento sobre qual currículo almejamos, algumas ideias se limitavam à organização dos conhecimentos de cada disciplina. No entanto, com o aprofundamento do conceito de currículo, fomos revendo as nossas concepções.

Pensávamos que discutir sobre currículo era falar sobre os conhecimentos a serem ensinados. Agora estou compreendendo que currículo não é só conteúdo. (Debate no Encontro Regional – Melgaço, 2014.)

Pensava que a secretaria chegaria aos encontros e destacaria quais conhecimentos devemos trabalhar em cada disciplina e assim, nos ensinaria como trabalhar com os mesmos. Eu estava meio ansioso. Hoje depois de três encontros começo a compreender o que de fato constitui um currículo escolar. (Debate no Encontro Regional – Paraju, 2014)

Como podemos observar, no processo de interlocução com as diferentes indagações e revelações, a cada encontro emergiram novas inquietudes que nos instigaram a uma aproximação com as reais necessidades do Município e que explicita o projeto de sociedade que desejamos. Um currículo que demonstre o modo de pensar e organizar o trabalho pedagógico, que deixe claro os conhecimentos a serem ensinados e aprendidos, e ainda, um currículo que promova a formação de sujeitos com consciência crítica.

Consideramos no nosso documento uma organização curricular que oriente o trabalho pedagógico e instigue a equipe escolar a caminhar de forma interativa. Um documento que revele uma visão real da educação do Município, destacando a possibilidade de transformações significativas em relação à vida no campo. Vida que busca a implementação de um trabalho mais humanizado, que exige “valorizar o ser humano em sua totalidade humana como sujeitos cognitivos, éticos, estéticos, corpóreos, sociais, políticos, culturais, de memória, sentimento, emoção, identidades, diversos... vê-los não recortados nessas dimensões, mas em sua totalidade humana” (ARROYO, 2007, p. 41).

Nesse processo de reflexão sobre a produção coletiva dos sujeitos, no exercício teórico e prático de reflexões e considerações das diferentes opiniões, dos diversos modos de pensar, de ser e de estar no território campesino, ressaltamos o desafio de produzir coletivamente um documento que contemple as múltiplas vozes, com uma matriz de conhecimentos que são necessários e comuns a todas as comunidades – unidade, sem perder de vista as reais necessidades de cada comunidade – diversidade.